

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E COMPORTAMENTAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ACOMPANHADAS PELA CENTRAL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS EM SERGIPE

SOCIO-DEMOGRAPHIC, ECONOMIC, AND BEHAVIORAL PROFILE OF WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE MONITORED BY THE ELECTRONIC MONITORING CENTER FOR PRISONERS IN SERGIPE

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, ECONÓMICO Y DE COMPORTAMIENTO DE LAS MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA ACOMPAÑADAS POR LA CENTRAL DE MONITOREO ELECTRÓNICO DE PRESOS EN SERGIPE

Simone Figueiredo Freitas de Campos

Mestra em Saúde e Ambiente, Universidade Tiradentes- UNIT, Brasil

E-mail: simonefreitas10@hotmail.com

Sonia Oliveria Lima

Doutora em Medicina - Clínica Cirúrgica, Universidade de São Paulo, Brasil

E-mail: sonialima.ciurgia@gmail.com

Heriberto Alves dos Anjos

Doutor em Biotecnologia, Universidade Tiradentes -UNIT, Brasil

E-mail: heriberto.alves@souunit.com.br

Resumo

A violência doméstica contra mulheres é um problema de saúde pública influenciado por fatores sociais, econômicos, comportamentais e familiares. Este estudo descreveu as características sociodemográficas, econômicas, comportamentais e o histórico de violência familiar de 66 mulheres acompanhadas pela Central de Monitoramento Eletrônico de Presos em Sergipe, em 2025. Trata-se de um estudo observacional, transversal e quantitativo, no qual os dados foram coletados por meio de questionário estruturado elaborado, contemplando informações sobre raça/cor, estado civil, escolaridade, ocupação, renda, hábitos de vida, autocontrole do estresse e experiências de violência familiar. Os resultados mostraram predominância de mulheres pardas e negras, solteiras, com escolaridade média a baixa, grande parte sem atividade remunerada e com renda mensal de até um salário mínimo, indicando vulnerabilidade socioeconômica. 54,5% relataram consumo de bebidas alcoólicas, 56,1% dificuldades no manejo do estresse e 12,1% tabagismo. Cerca de metade das participantes testemunhou violência familiar e 26,2% vivenciou violência na infância por parte de algum familiar. A violência doméstica ocorreu principalmente durante o casamento ou união estável, mas também em outros contextos familiares. Os achados sugerem que a violência doméstica é multifatorial, associando vulnerabilidades socioeconômicas, histórico de violência familiar e estratégias de enfrentamento inadequadas. Destaca-se a necessidade de políticas públicas e intervenções integradas que promovam autonomia, suporte emocional e acesso a redes de proteção. Ademais, evidencia-se a importância de novos estudos com amostras maiores e

diversificadas para investigar factores de riesgo, estrategias de coping e mecanismos de protección, contribuyendo para o desenvolvimento de ações preventivas e de cuidado mais eficazes.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Violência contra a Mulher; Fatores Sociodemográficos.

Abstract

Domestic violence against women is a public health problem influenced by social, economic, behavioral, and family factors. This study described the sociodemographic, economic, behavioral characteristics, and history of family violence of 66 women monitored by the Electronic Prisoner Monitoring Center in Sergipe, in 2025. This is an observational, cross-sectional, quantitative study in which data were collected using a structured questionnaire developed by the researchers, covering information on race/color, marital status, education, occupation, income, lifestyle habits, stress self-control, and experiences of family violence. The results showed a predominance of brown and black women, single, with medium to low education, most without paid work and with a monthly income of up to one minimum wage, indicating socioeconomic vulnerability. 54,5% reported alcohol consumption, 56,1% reported difficulties in managing stress, and 12,1% reported smoking. About half of the participants witnessed domestic violence and 26,2% experienced violence in the childhood of a family member. Domestic violence occurred mainly during marriage or stable union, but also in other family contexts. The findings suggest that domestic violence is multifactorial, associating socioeconomic vulnerabilities, history of family violence, and inadequate coping strategies. There is a clear need for public policies and integrated interventions that promote autonomy, emotional support, and access to protection networks. Furthermore, there is evidence of the importance of new studies with larger and more diverse samples to investigate risk factors, coping strategies, and protection mechanisms, contributing to the development of more effective preventive and care actions.

Keywords: Domestic Violence; Violence Against Women; Sociodemographic Factors.

Resumen

La violencia doméstica contra las mujeres es un problema de salud pública influenciado por factores sociales, económicos, conductuales y familiares. Este estudio describió las características sociodemográficas, económicas, conductuales y el historial de violencia familiar de 66 mujeres acompañadas por la Central de Monitorización Electrónica de Presos en Sergipe, en 2025. Se trata de un estudio observacional, transversal y cuantitativo, en el que los datos se recopilaban mediante un cuestionario estructurado elaborado por los investigadores, que incluía información sobre raza/color, estado civil, nivel educativo, ocupación, ingresos, hábitos de vida, autocontrol del estrés y experiencias de violencia familiar. Los resultados mostraron un predominio de mujeres pardas y negras, solteras, con un nivel educativo medio-bajo, en su mayoría sin actividad remunerada y con ingresos mensuales de hasta un salario mínimo, lo que indica vulnerabilidad socioeconómica. El 54,5 % informó consumo de bebidas alcohólicas, el 56,1 % dificultades para manejar el estrés y el 12,1 % tabaquismo. Aproximadamente la mitad de las participantes fue testigo de violencia familiar y 26,2% sufrió violencia en la infancia por parte de algún familiar. La violencia doméstica se produjo principalmente durante el matrimonio o la unión estable, pero también en otros contextos familiares. Los resultados sugieren que la violencia doméstica es multifactorial, ya que asocia vulnerabilidades socioeconómicas, antecedentes de violencia familiar y estrategias de afrontamiento inadecuadas. Cabe destacar la necesidad de políticas públicas e intervenciones integradas que promuevan la autonomía, el apoyo emocional y el acceso a redes de protección. Además, se evidencia la importancia de nuevos estudios con muestras más amplias y diversificadas para investigar los factores de riesgo, las estrategias de afrontamiento y los mecanismos de protección, contribuyendo al desarrollo de acciones preventivas y de atención más eficaces.

Palabras clave: Violencia doméstica; Violencia contra la Mujer; Factores Sociodemográficos.

1. Introdução

A violência doméstica contra mulheres é reconhecida globalmente como um sério problema de saúde pública, afetando proporções expressivas da população e causando impactos físicos, psicológicos e sociais significativos ao longo da vida. A expressão “violência doméstica” é frequentemente utilizada como sinônimo de “violência por parceiro íntimo”, embora nem toda violência doméstica envolva exclusivamente parceiros conjugais (Nothaft; Lisboa, 2021; Ribeiro Figueira *et al.*, 2023; White *et al.*, 2024).

Estudos epidemiológicos demonstram que a violência por parceiro íntimo persiste como uma das formas mais prevalentes de agressão de gênero, implicando consequências duradouras para a saúde e o bem-estar das vítimas (Dokkedahl *et al.*, 2022; Kiani *et al.*, 2021; White *et al.*, 2024). Por meio de pesquisas populacionais representativas, evidências apontam que mulheres com menor escolaridade e em contextos de maior vulnerabilidade econômica apresentam maiores taxas de violência doméstica, sublinhando a influência dos determinantes sociais na exposição a tais situações (Ince-Yenilmez, 2022; Meira *et al.*, 2023).

No contexto brasileiro, dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019, realizada com 34.334 mulheres entre 18 e 59 anos que responderam ao módulo de violência, indicam que 7,60% das mulheres relataram violência doméstica por parceiro íntimo nos 12 meses anteriores à pesquisa. Observou-se maior prevalência entre mulheres jovens (18–24 anos, 8,96%), negras (9,05%), com menor escolaridade (8,55%) e com baixa renda, definida como até um salário mínimo mensal (8,68%), demonstrando distribuição desigual da violência doméstica entre diferentes grupos sociais (Vasconcelos *et al.*, 2021). Além disso, fatores comportamentais, como o consumo de álcool e o histórico de exposição à violência na família de origem, podem refletir processos de vulnerabilidade acumulada ao longo da vida, contribuindo para a perpetuação de ciclos de violência e dificuldades no enfrentamento dessa condição (Fischer *et al.*, 2025).

A exposição à violência no ambiente familiar, incluindo o testemunho de violência entre cuidadores na infância, tem sido apontada como um determinante contextual relevante que pode influenciar a vivência de violência na vida adulta, embora os mecanismos dessa associação ainda demandem maior compreensão em estudos descritivos e populacionais (Shields *et al.*, 2020).

Ademais, comportamentos relacionados ao consumo de álcool, tabagismo e indicadores de estresse percebido entre mulheres em situação de violência doméstica têm sido associados a contextos de maior vulnerabilidade e menor acesso a recursos de proteção, ressaltando a importância de caracterizar essas condições em diferentes populações para subsidiar ações intersetoriais de intervenção e suporte (da Costa Siqueira *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, estudos descritivos que delineiam o perfil sociodemográfico, econômico, comportamental e familiar de mulheres em situação de violência doméstica são fundamentais para ampliar a compreensão epidemiológica e social desse fenômeno no contexto brasileiro. Assim, o presente estudo visa descrever as características sociodemográficas, econômicas, comportamentais e o histórico de violência familiar de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas e acompanhadas pelo Sistema de Monitoramento Eletrônico de Presos.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, de abordagem quantitativa, com delineamento transversal, desenvolvido a partir da coleta de dados primários junto a mulheres vítimas de violência doméstica. A pesquisa foi realizada na Central de Monitoramento Eletrônico de Presos (CEMEP) de Sergipe, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor (SEJUC), localizada em Aracaju, SE. A CEMEP acompanha indivíduos submetidos a medidas judiciais, incluindo casos de violência doméstica, atendendo demandas de todos os municípios do estado.

Devido à disponibilidade das participantes e adesão ao estudo, a amostra final foi composta por 66 mulheres acompanhadas pela CEMEP em 2025.

Foram incluídas mulheres com idade igual ou superior a 18 anos que permaneceram em acompanhamento durante o período de coleta. Foram excluídas participantes que responderam ao questionário de forma incompleta ou insatisfatória, que interromperam o uso do dispositivo de segurança (botão do pânico) ou que retomaram a convivência com o agressor.

A coleta de dados ocorreu presencialmente nas dependências da CEMEP, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo privacidade, sigilo e confidencialidade.

O instrumento de coleta foi elaborado pelos pesquisadores a partir de dimensões amplamente utilizadas em estudos epidemiológicos e sociais sobre violência contra a mulher, incluindo características sociodemográficas, condições econômicas, hábitos de vida e histórico de violência, como o *WHO Violence and Against Women Study*, cujas propriedades psicométricas têm sido descritas e validadas em diferentes contextos populacionais (Nybergh; Taft; Krantz, 2013; Schraiber *et al.*, 2010). Embora não tenha sido submetido a um processo formal de validação psicométrica, o questionário foi construído com base em domínios reconhecidos na literatura, o que contribui para a consistência teórica das informações coletadas.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica e analisados por estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas.

A pesquisa seguiu as diretrizes éticas das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Tiradentes (UNIT), sob o CAAE nº 76185123.0.0000.5371.

3. Resultados e Discussão

Os resultados deste estudo descrevem o perfil das mulheres vítimas de violência doméstica acompanhadas pela Central de Monitoramento Eletrônico de

Presos em Sergipe, contemplando dimensões sociodemográficas, socioeconômicas, comportamentais e familiares.

A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica, econômica, comportamental relacionada ao histórico de violência de mulheres em situação de violência doméstica participantes do estudo. São descritas informações referentes à raça/cor, estado civil, escolaridade, ocupação e renda mensal, bem como aspectos comportamentais, como uso de bebida alcoólica, tabagismo e autocontrole do estresse. Adicionalmente, incluem-se dados sobre o testemunho de violência no contexto familiar, a ocorrência de violência na infância de algum familiar e o momento em que a violência doméstica ocorreu, permitindo delinear o perfil das participantes a partir de uma abordagem descritiva.

Tabela 1 – Características sociodemográficas, econômicas e comportamentais de mulheres vítimas de violência doméstica acompanhadas pela CEMEP-SE (n = 66)

Características	N	%
Raça/cor		
Branco	10	15,2
Negro	22	33,3
Pardo	33	50
Não declarada	1	1,5
Estado Civil		
Casada	7	10,6
Divorciada	13	19,7
Solteira	40	60,6
União Estável	2	3
Viúva	3	4,6
Não informado	1	1,5
Escolaridade		
Nunca estudou	1	1,5
Ensino fundamental incompleto	13	19,7
Ensino fundamental completo	1	1,5
Ensino médio incompleto	16	24,2
Ensino médio completo	25	37,9
Ensino superior incompleto	8	12,1
Ensino superior completo	1	1,5
Especialização	1	1,5
Ocupação		
Autônomo	21	31,8
Vínculo empregatício	13	19,7
Informal	2	3

Não Trabalha	30	45,5
Renda mensal		
Até 1 salário mínimo	50	75,8
Até 02 salários mínimos	9	13,6
De 02 a 04 salários mínimos	3	4,5
De 04 a 10 salários mínimos	4	6,1
Uso de bebida alcoólica		
Sim	36	54,5
Não	30	45,5
Fuma		
Até 10 cigarros	6	9,1
11 a 20 cigarros	1	1,5
21 a 30 cigarros	1	1,5
Não	58	87,9
Autocontrole do estresse		
Péssimo	26	39,4
Ruim	11	16,7
Regular	8	12,1
Bom	10	15,2
Excelente	11	16,7
Testemunho de violência na família		
Sim	29	43,9
Não	37	56,1
Violência na infância praticada por familiar		
Sim	17	26,2
Não	48	73,8
Momento da ocorrência da violência doméstica		
Quando estava casada/união estável	47	71,2
Após separação/ divórcio	15	22,7
Outra *	10	15,2

* Inclui situações de violência praticadas por outros familiares, como tio, genro ou outro parente, não enquadradas nas categorias referentes ao período conjugal.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

A análise sociodemográfica das participantes revelou predominância de mulheres pardas (50,0%), seguidas por negras (33,3%) e brancas (15,2%), com apenas 1,5% de informações não declaradas. Quanto ao estado civil, a maioria das participantes era solteira (60,6%), seguida por divorciadas (19,7%) e casadas (10,6%), indicando que mulheres em relações não estáveis ou rompidas representam a maior parte da população estudada.

Embora o presente estudo não permita inferências causais, a maior proporção de mulheres pardas e negras observada é consistente com achados de

estudos prévios, que descrevem maior vulnerabilidade dessas populações à violência doméstica, associada a desigualdades históricas, sociais e raciais, corroborando evidências que apontam maior exposição de mulheres de raça/cor preta e parda a esse fenômeno no contexto brasileiro (Souza *et al.*, 2024; Vasconcelos *et al.*, 2021).

Esse perfil observado pode ser interpretado à luz de determinantes sociais estruturais, como menor acesso a recursos econômicos e suporte institucional, que ampliam o risco de exposição a relações abusivas. A dependência econômica de mulheres em momentos de instabilidade relacional e separação pode manter ou intensificar a probabilidade de violência por parceiro íntimo, reforçando a relevância da autonomia financeira como potencial fator de proteção (Molina; Wagner; Kreyenfeld, 2025).

No tocante à escolaridade, observou-se maior concentração de mulheres com ensino médio completo (37,9%) e incompleto (24,2%), seguidas pelo ensino fundamental incompleto (19,7%). A escolaridade em nível superior foi menos frequente, com 12,1% cursando ensino superior incompleto e apenas 3% com ensino superior completo ou pós-graduação, evidenciando que grande parte das participantes apresenta níveis educacionais intermediários a baixos.

Os achados relativos ao nível de escolaridade, com maior concentração de mulheres com ensino médio completo ou incompleto e menor frequência de escolaridade superior, compõem um perfil sociodemográfico recorrente no contexto da violência por parceiro íntimo. Os níveis educacionais mais elevados tendem a estar relacionados a menor exposição à violência doméstica, já que a educação amplia habilidades de comunicação, autonomia e capacidade de negociação nos relacionamentos, fatores que podem reduzir a vulnerabilidade a padrões abusivos (Nishan *et al.*, 2025).

A escolaridade mais elevada pode atuar como um fator protetor, conferindo maior acesso a redes de apoio e recursos, além de favorecer o reconhecimento de direitos e mecanismos de enfrentamento, enquanto níveis educacionais mais baixos podem refletir barreiras estruturais que limitam tanto a inserção

socioeconômica quanto as estratégias de proteção frente à violência (Small *et al.*, 2024).

Em relação à ocupação, 45,5% das mulheres não exerciam atividade remunerada, 31,8% trabalhavam de forma autônoma e 19,7% possuíam vínculo empregatício formal. A renda mensal apresentou forte concentração em até um salário mínimo (75,8%), evidenciando vulnerabilidade socioeconômica significativa, enquanto 10,6% relataram renda superior a quatro salários mínimos.

A predominância de mulheres sem atividade remunerada e a concentração expressiva da renda mensal em até um salário mínimo caracterizam um perfil de vulnerabilidade socioeconômica entre as participantes, comumente abordado na literatura sobre violência doméstica. A limitação da autonomia financeira é frequentemente discutida como um elemento que pode dificultar a adoção de estratégias de proteção e a ruptura de relações abusivas. Em contraste, mulheres inseridas em atividades laborais, seja de forma autônoma ou com vínculo empregatício formal, tendem a apresentar maior independência econômica, aspecto associado à ampliação do acesso a recursos, serviços de apoio e maior capacidade de tomada de decisão (Mellar *et al.*, 2024).

Analisando hábitos de vida, 54,5% das participantes referiram consumo de bebidas alcoólicas, enquanto 45,5% não consumiam. O tabagismo foi pouco prevalente, com 87,9% das mulheres declarando não fumar e apenas 12,1% relatando consumo variado de cigarros. Quanto ao autocontrole do estresse, 56,1% classificaram-no como péssimo ou ruim, e apenas 31,9% como bom ou excelente, evidenciando dificuldades significativas no manejo emocional.

Os dados sobre hábitos de vida indicam que mais da metade das participantes relatou consumo de bebidas alcoólicas, ao passo que o tabagismo foi um comportamento menos expressivo na amostra. No debate sobre violência doméstica, o uso de álcool é frequentemente abordado em articulação com contextos de vulnerabilidade social e com experiências de estresse ou trauma. (Devries *et al.*, 2014). Em relação ao tabagismo, embora pouco frequente neste estudo, é importante destacar que, em contextos de violência, o uso de substâncias pode refletir estratégias de coping disfuncionais, ou seja, formas inadequadas de

lidar com o estresse e com as experiências traumáticas vivenciadas (Lamela; Pinto; Jongenelen, 2024).

O histórico familiar de violência também foi relevante: 43,9% das mulheres testemunharam episódios de violência na família, e 26,2% relataram ocorrência de violência na infância de algum familiar. Em relação ao momento da violência doméstica, a maioria dos episódios ocorreu durante o casamento ou união estável (71,2%), seguido de casos após separação/divórcio (22,7%). A categoria “Outra” (15,2%) incluiu situações de violência praticadas por outros familiares, como tios ou genros, não abrangidas pelas categorias conjugais.

A presença de histórico de violência familiar entre as participantes integra o conjunto de características observadas no contexto da violência por parceiro íntimo. Nesse cenário, situações de violência são descritas tanto em relações conjugais prolongadas quanto em períodos posteriores à separação, compondo experiências que atravessam diferentes momentos das trajetórias relacionais. Ademais, a ocorrência de episódios praticados por outros familiares evidencia que a violência contra mulheres pode extrapolar o âmbito conjugal, envolvendo uma rede familiar mais ampla (Shields *et al.*, 2020).

Além de funcionar como fator de risco, o histórico familiar de violência pode influenciar a forma como mulheres percebem e respondem a situações abusivas ao longo da vida. As exposições adversas precoces, como testemunho ou vivência de violência na infância, não apenas aumentam a probabilidade de revitimização em relações íntimas, mas também estão ligadas a alterações nos estilos de apego, na regulação emocional e nas expectativas de relacionamentos futuros, o que pode perpetuar padrões de tolerância ou adaptação a comportamentos abusivos (Tian *et al.*, 2024).

Esse processo sugere que a violência não é um evento isolado, mas parte de cadeias contínuas de experiências negativas que moldam respostas psicológicas e comportamentais em diferentes fases da vida. Modelos teóricos atuais, como o *vulnerability–adaptation stress model*, destacam que fatores de vulnerabilidade acumulada (incluindo adversidades familiares) combinados a

estressores relacionais influenciam o risco de violência interpessoal em pessoas adultas (Brunton; Dryer, 2024).

Como limitação do estudo, destaca-se que a amostra foi composta por 66 mulheres vinculadas a um serviço institucional específico, selecionadas por conveniência, o que implica potencial viés de seleção e restringe a validade externa dos achados. A especificidade desse contexto institucional pode influenciar o perfil sociodemográfico e as experiências de violência observadas, diferindo de outros cenários assistenciais ou populacionais. Assim, os resultados devem ser interpretados com cautela, uma vez que não permitem generalizações para todas as mulheres em situação de violência doméstica, embora ofereçam subsídios relevantes para a compreensão do fenômeno em contextos institucionais semelhantes e para o aprimoramento de estratégias de cuidado e políticas públicas direcionadas a esse público.

4. Considerações Finais

Observou-se que mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pela CEMEP-SE apresentaram características que refletem vulnerabilidades sociais, econômicas e emocionais, bem como histórico familiar de violência, fatores que podem influenciar o risco e a experiência de abuso. Os achados sugerem que a violência doméstica é um fenômeno complexo e multifatorial, não restrito ao contexto conjugal, e que interações entre condições socioeconômicas, suporte social e experiências adversas precoces podem amplificar a vulnerabilidade das vítimas.

Essas informações destacam a importância de políticas públicas e intervenções integradas que considerem a realidade das mulheres em diferentes dimensões de vida, promovendo autonomia, suporte emocional e acesso a redes de proteção. Ademais, reforça-se a necessidade de novos estudos com amostras mais amplas e diversificadas, que investiguem mecanismos de risco, estratégias de

enfrentamento e fatores de proteção, de modo a aprimorar ações de prevenção e cuidado para mulheres vítimas de violência doméstica.

5. Financiamento

O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- BRUNTON, R. J.; DRYER, R. Intimate Partner Violence Risk Factors: A Vulnerability-Adaptation Stress Model Approach. **Journal of Interpersonal Violence**, [N.p.], vol. 39, nos. 15–16, pp. 3738–3763, 26 Aug. 2024. <https://doi.org/10.1177/08862605241234352>.
- DA COSTA SIQUEIRA, L. L.; DE MELO BATISTA, K.; MARABOTTI COSTA LEITE, F. Association between perceived stress and history of intimate partner violence throughout life and during the COVID-19 pandemic. **Frontiers in Public Health**, [N.p.], vol. 11, 18 Dec. 2023. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2023.1330451>.
- DEVRIES, K. M.; CHILD, J. C.; BACCHUS, L. J.; MAK, J.; FALDER, G.; GRAHAM, K.; WATTS, C.; HEISE, L. Intimate partner violence victimization and alcohol consumption in women: a systematic review and meta-analysis. **Addiction**, [N.p.], vol. 109, no. 3, pp. 379–391, Mar. 2014. <https://doi.org/10.1111/add.12393>.
- DOKKEDAH, S. B.; KIRUBAKARAN, R.; BECH-HANSEN, D.; KRISTENSEN, T. R.; ELKLIT, A. The psychological subtype of intimate partner violence and its effect on mental health: a systematic review with meta-analyses. **Systematic Reviews**, [N.p.], vol. 11, no. 1, p. 163, 10 Aug. 2022. <https://doi.org/10.1186/s13643-022-02025-z>.
- FISCHER, L.; WILSON, M.; SCHOFIELD, P. W.; JONES, J.; KARIMINIA, A.; BARRETT, E.; DEAN, K.; SULLIVAN, E.; COVINGTON, S.; BUTLER, T. Exposure to Childhood Adversity and Intimate Partner Violence in a Sample of Incarcerated Women in Australia. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, [N.p.], vol. 69, no. 15, pp. 2131–2148, 16 Nov. 2025. <https://doi.org/10.1177/0306624X241270577>.
- INCE-YENILMEZ, M. The Role of Socioeconomic Factors on Women's Risk of Being Exposed to Intimate Partner Violence. **Journal of Interpersonal Violence**,

[N.p.], vol. 37, nos. 9–10, pp. NP6084–NP6111, 13 May 2022.
<https://doi.org/10.1177/0886260520966668>.

KIANI, Z.; SIMBAR, M.; FAKARI, F. R.; KAZEMI, S.; GHASEMI, V.; AZIMI, N.; MOKHTARIYAN, T.; BAZZAZIAN, S. A systematic review: Empowerment interventions to reduce domestic violence? **Aggression and Violent Behavior**, [N.p.], vol. 58, p. 101585, May 2021. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101585>.

LAMELA, D.; PINTO, T. M.; JONGENELEN, I. Cigarette Smoking in Women Victims of Police-Reported Intimate Partner Violence: The Role of Childhood Maltreatment, Type of Partner Abuse, and Psychological Distress Symptoms. **Journal of Trauma & Dissociation**, [N.p.], vol. 25, no. 5, pp. 643–655, 19 Oct. 2024.
<https://doi.org/10.1080/15299732.2024.2383188>.

MEIRA, M. L. M.; GOMES, I. C.; LUCENA, D. de S.; NEGREIROS, R. V. de; CASTRO, A. P. de; LEITE, I. F.; FONSECA, E. N. R. da; SOUSA, A. O. B.; MENDONÇA, A. F. de A.; BARBOSA, G. V. A. Fatores sociodemográficos relacionados a violência doméstica contra a mulher em um município paraibano. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [N.p.], vol. 23, no. 12, p. e14673, 14 Dec. 2023. DOI: 10.25248/reas.e14673.2023. Available at:
<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/14673>.

MELLAR, B. M.; FANSLOW, J. L.; GULLIVER, P. J.; MCINTOSH, T. K. D. Economic Abuse by An Intimate Partner and Its Associations with Women's Socioeconomic Status and Mental Health. **Journal of Interpersonal Violence**, [N.p.], vol. 39, nos. 21–22, pp. 4415–4437, 4 Nov. 2024.
<https://doi.org/10.1177/08862605241235140>.

MOLINA, S.; WAGNER, L.; KREYENFELD, M. Women's economic independence and physical intimate partner violence (IPV) during separation. **PLOS One**, [N.p.], vol. 20, no. 6, p. e0326529, 20 Jun. 2025.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0326529>.

NISHAN, M. D. N. H.; AHMED, M. Z. E. M. N. U.; MASHREKY, S. R.; DALAL, K. Influence of spousal educational disparities on intimate partner violence (IPV) against pregnant women: a study of 30 countries. **Scientific Reports**, [N.p.], vol. 15, no. 1, p. 2022, 15 Jan. 2025. <https://doi.org/10.1038/s41598-024-84867-2>.

NOTHAFT, R. J.; LISBOA, T. K. As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. **Cadernos pagu**, [N.p.], vol. 61, pp. 1–16, 2021. DOI: 10.1590/18094449202100610019. Available at:
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/RG7ztXs7b8MZRGGHTV9yFsy/#>.

NYBERGH, L.; TAFT, C.; KRANTZ, G. Psychometric properties of the WHO Violence Against Women instrument in a female population-based sample in

Sweden: a cross-sectional survey. **BMJ Open**, [N.p.], vol. 3, no. 5, p. e002053, 2013. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2012-002053>.

RIBEIRO FIGUEIRA, J. N.; CARNEIRO ARAÚJO, A. V. E.; MIRANDA DE ABREU, A.; GONÇALVES DA SILVA, I.; SILVA, T. L.; AZEVEDO DE ARAUJO, T. K.; ARAÚJO MARANHÃO, T. Enfermagem na atenção à saúde da mulher vítima de violência doméstica: revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [N.p.], vol. 36, p. 14, 19 May 2023. <https://doi.org/10.5020/18061230.2023.13220>.

SHIELDS, M.; TONMYR, L.; HOVDESTAD, W. E.; GONZALEZ, A.; MACMILLAN, H. Exposure to family violence from childhood to adulthood. **BMC Public Health**, [N.p.], vol. 20, no. 1, p. 1673, 9 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-09709-y>.

SCHRAIBER, L. B.; LATORRE, M. do R. D. O.; FRANÇA JR, I.; SEGRI, N. J.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. **Revista de Saúde Pública**, [N.p.], vol. 44, no. 4, pp. 658–666, Aug. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400009>.

SMALL, E.; NIKOLOVA, S. P.; CHILDRESS, S.; LOGIE, C. The role of education and income as protective factors against intimate partner violence and HIV exposure among Kenyan women. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, [N.p.], vol. 37, no. 1, pp. 230–245, 2 Jan. 2024. <https://doi.org/10.1080/09518398.2022.2035450>.

SOUZA, N. R.; HINO, P.; TAMINATO, M.; OKUNO, M. F. P.; GOGOVOR, A.; FERNANDES, H. Violência contra mulher parda e preta durante a pandemia: revisão de escopo. **Acta Paulista de Enfermagem**, [N.p.], vol. 37, 26 Feb. 2024. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2024AR0000682>.

TIAN, Z.; ZHANG, N.; LI, Y.; WU, Y.; WANG, L. Adverse childhood experiences and subsequent experiences of intimate partner violence in adulthood: a gender perspective. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**, [N.p.], vol. 33, p. e75, 10 Dec. 2024. <https://doi.org/10.1017/S2045796024000775>.

VASCONCELOS, N. M. de; ANDRADE, F. M. D. de; GOMES, C. S.; PINTO, I. V.; MALTA, D. C. Prevalence and factors associated with intimate partner violence against adult women in Brazil: National Survey of Health, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [N.p.], vol. 24, no. suppl 2, 2021. <https://doi.org/10.1590/1980-549720210020.supl.2>.

WHITE, S. J.; SIN, J.; SWEENEY, A.; SALISBURY, T.; WAHLICH, C.; MONTESINOS GUEVARA, C. M.; GILLARD, S.; BRETT, E.; ALLWRIGHT, L.; IQBAL, N.; KHAN, A.; PEROT, C.; MARKS, J.; MANTOVANI, N. Global Prevalence and Mental Health Outcomes of Intimate Partner Violence Among Women: A

Systematic Review and Meta-Analysis. **Trauma, Violence, & Abuse**, [N.p.], vol. 25, no. 1, pp. 494–511, 24 Jan. 2024. <https://doi.org/10.1177/15248380231155529>.